

“¿Qué ganas de llorar en esta tarde gris!”: metaficção, história e memória em O último tango de Salvador Allende, de Roberto Ampuero

Leonardo da Silva Claudiano¹
Marcelo Pinto Ramalho²

RESUMO

Pretendemos, neste artigo, analisar as relações entre História, Memória e Literatura, por meio da obra “O último tango de Salvador Allende”, de Roberto Ampuero. Na trama, escrita e morte se afirmam numa luta contra a denegação e o esquecimento. As palavras de Rufino e as cinzas de Victoria servem-nos de guia pelas ruas de Santiago e Valparaíso. Numa narrativa fragmentária, dois países se manifestam: um, dilacerado pela contrarrevolução; e outro que busca, pela memória, o nunca mais! Ampuero nos deixa um caderno, no qual a caligrafia, já pálida, representa os vestígios legados por Rufino. Por ele, reconstruímos os meses finais da “*vía chilena*”. Escrita e urna funerária nos colocam diante da denegação: tudo parece elaborar o esquecimento e edificar a memória oficial de um Regime que ainda sobrevive. Entretanto, escrita e cinzas dizem, também, da resistência: da memória ativa, que não apenas celebra as vítimas, mas transforma o presente.

Palavras-chave: Metaficção historiográfica, História, Memória, Literatura, Ditadura chilena.

INTRODUÇÃO

Um ano após a vitória de Salvador Allende e do governo da Unidade Popular (UP), o historiador britânico Eric Hobsbawm desembarcou no Chile. Como muitos intelectuais daquela geração, interessava-lhe conhecer *in loco* a experiência de um caminho institucional, de uma estratégia democrática ao socialismo.

As palavras de Allende, em sua mensagem ao Congresso Nacional, deixavam clara a intenção de agir dentro do aparato legal, com respeito aos limites impostos pela Constituição:

No regime de transição para o socialismo as normas jurídicas corresponderão às necessidades de um povo que se esforça por edificar uma nova sociedade. Mas legalidade haverá. (...) Do realismo do Congresso depende, em grande medida, que à legalidade capitalista se suceda a legalidade socialista (...) sem que uma fratura da ordem jurídica abra as portas a arbitrariedades e excessos que, responsabilmente, queremos evitar. (ALLENDE apud AGGIO, 2021, p. 25)

Ainda que operando dentro das balizas de um estamento burguês e diante de uma Assembleia dominada pela oposição, a Unidade Popular soube, num primeiro momento, utilizar a seu favor os dispositivos que tinha a mão. Amparou-se em leis vigentes, como um “decreto, nunca revogado, da “República Socialista”, de 1932” (HOBSBAWM, 2017, p. 422), o qual permitia ao governo assumir o controle de fábricas e indústrias cuja produção estivesse

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), leonardo.claudiano@gmail.com.

² Mestrando em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mpramalho@globocom.com.

ameaçada, ou onde os conflitos entre capital e trabalho se mostrassem insolúveis. Outro expediente da UP, dentro dos marcos legais, foi o da nacionalização dos bancos: pela cartilha do mercado financeiro, o governo adquiriu a maioria das ações nos pregões da Bolsa, tornando-se proprietário.

A estratégia da UP era clara: ao conduzir seus movimentos seguindo as regras institucionais, promover mudanças econômicas em benefício das camadas populares, buscando consolidar uma base social que lhe permitisse, futuramente, tensionar as classes, impelindo-as às transformações estruturais mais radicais. Assim, afirmava-se o caminho ao socialismo pela via democrática.

Evidente que tais expedientes, embora respaldados juridicamente, mexiam com os interesses das elites econômicas. Da mesma forma - e este é outro ponto importante a ser considerado - parte da própria UP tornava ainda mais instável o ambiente, na medida em que forçava, nas fábricas e no campo, a velocidade das expropriações e da reforma agrária. Segundo Peter Winn (2010), a ideia inicial da UP era de que a reforma agrária, por exemplo, ocorresse por meio de um processo gradual, ao longo dos seis anos do governo Allende - o que garantiria a transição segura e reduziria, consideravelmente, o perigo do desabastecimento. Entretanto, seus setores mais extremos a aprofundaram de tal modo que, em apenas dezoito meses, estava completa “a mais rápida reforma agrária da história sem uma revolução violenta” (WINN, 2010, p. 82).

Para o presente artigo, estas questões nos surgem de maneira um tanto quanto tangenciais. É axiomático que traçarmos considerações acerca dos primeiros anos da UP nos ajudem a entender a contrarrevolução subterrânea que se formava, a princípio. E quais as condições objetivas fizeram com que o movimento civil-militar, encabeçado por Pinochet, ganhasse as ruas de Santiago, às claras, em tanques e fuzis. Um momento de ruptura, que legou à História imagens marcantes, como a do La Moneda em chamas. Hobsbawm, a quem recorremos linhas acima, fez dois ótimos balanços acerca da situação chilena. O primeiro, como dissemos, nos meses iniciais do governo da UP; o segundo, dias após a morte de Allende. Lendo-os, em conjunto, percebemos que muitos dos apontamentos realizados em 1971, concretizaram-se, tragicamente, em 1973: a sabotagem econômica das elites nacionais e internacionais, a condição de país periférico, numa América Latina pontuada por Golpes Militares, as forças antagônicas dentro da própria Unidade Popular, o desabastecimento... Todos estes elementos, que não escaparam ao crivo de Hobsbawm [para quem, vale dizer, a experiência chilena era extremamente significativa e nela depositava esperanças de transformações sociais em larga escala – “Justamente porque o Chile pode de fato ser um

modelo para outros países é que devemos olhar sua experiência com frieza e realismo” (HOBSBAWM, 2017, p. 420)], conduziram ao desdobramento fatídico, que interrompeu uma das democracias mais sólidas do continente. “O governo de Allende não cometeu suicídio, mas foi assassinado” (HOBSBAWM, 2017, p. 448). Terminava, assim, a “*vía chilena*”.

Aquela manhã de 11 de setembro de 1973 ainda registrou a figura de um Salvador Allende atônito, ao sair do palácio presidencial: olhos aos céus, protegido inutilmente por um capacete mal ajambrado; um fuzil no ombro direito, em contraste com os trajes civis. Toda imagem nos conduz à representação de uma resistência fugaz, na mesma medida em que denuncia a traição e a covardia dos militares. Ali estão, impotentes, as primeiras vítimas do terrorismo de Estado chileno. Prisões, torturas, desaparecimentos, esquecimento e denegação deram a tônica dos anos... dos muitos anos posteriores.

É este quadro; são estes movimentos que pretendemos analisar na obra “O último tango de Salvador Allende”, de Roberto Ampuero. Pelos recursos da metaficção historiográfica³, o autor urde uma trama que retrata os momentos derradeiros de Salvador Allende e a violência que irrompe na sociedade chilena da década de setenta, dando origem à uma das ditaduras mais sangrentas do Cone Sul. Pela Literatura, e entrecruzando História e Memória, pretendemos tecer considerações de como elementos ficcionais permitem resgatar vozes silenciadas, questionar discursos legitimadores vinculados ao poder constituído e rememorar - não apenas pela celebração das vítimas, mas pela transformação do presente. Pelo “*nunca más*”.

O TANGO QUE AINDA RESSOA

Walter Benjamin, na Tese VI de “Sobre o conceito de história”, afirma que “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 243). Neste texto, redigido numa França ocupada por tropas nazistas, pouco tempo antes da fuga frustrada e suicídio nos Pirineus, na “meia-noite do século” (SERGE apud LÖWY, 2005, p. 66), Benjamin defende um caminho epistemológico ligado a um compromisso ético-político. Para ele, a aparente “neutralidade” da História – ou antes, da historiografia – está intimamente de acordo com os interesses dos vencedores. A descrição do passado funciona

³ Segundo Diana Navas, o que Linda Hutcheon “conceitua como metaficção historiográfica, verifica-se, neste tipo de produção, uma perspectiva problematizadora da História, na qual, apropriando-se de personagens e/ou acontecimentos históricos, questiona-se o caráter de “verdade” por eles assumido e, conseqüentemente, incita-se a reflexão leitora.” (NAVAS; QUEIROZ, 2021, p. 112).

como validação científica de um caminho que não poderia se dar de forma diferente. Dessa maneira, cristalizada e hermética, a História não estaria disponível a revisitações, a não ser como elo dentro de uma sequência lógica, linear, de fatos encadeados e determinados. A verdade, uma, apaga, igualmente, as forças em conflito, as histórias possíveis e irrealizadas. “Sob a aparência da exatidão científica (que é preciso examinar com circunspecção), delineia-se uma história, uma narração que obedece a interesses precisos” (GAGNEBIN, 2009, p. 40). Para Benjamin, é no instante de perigo que risca os céus da História que as lutas se revelam e surge uma “imagem autêntica do passado” (LÖWY, 2005, p. 65), que coloca em xeque a ideia do progresso ininterrupto, desejado pelas classes dominantes e ratificados pelo historicismo. Essa imagem que cintila na emergência serve de alerta e aponta caminhos que ligam momentos cronologicamente distintos, e os embates aos quais as classes oprimidas de outrora travaram, iluminam os conflitos emancipatórios de agora. A História se abre, pela perspectiva da luta contra todo tipo de opressão. É Benjamin, ainda, nesta mesma Tese VI, que soa o alarme de que “tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 244). Isso por conta do apagamento, da denegação e da falsificação; do desaparecimento físico, da tentativa de supressão de indícios que permitam reconstruir presenças – expediente comum das ditaduras da América Latina, objeto de nossa análise. Buscar o instante que lampeja é, portando, salvar da morte dupla os que tensionaram o poder. E, pela articulação entre temporalidades, a condição necessária à nossa própria salvação, já que “esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 244). É por meio das possibilidades não realizadas do passado, que irrompem no presente, que construímos um saber histórico vinculado à uma prática de re-existência das classes oprimidas: o “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245).

E como buscamos, como apreendemos o momento que cintila, num continente historicamente espoliado, sangrado por ditaduras e refém de denegações e apagamentos sistemáticos? Nesse sentido, o diálogo entre História e Memória, permeado pela Literatura, pode nos oferecer caminhos interessantes.

Uma vez que as epistemologias não pairam por sobre o corpo social, mas dele partem e a ele retornam, eventos limites forçam as fronteiras das análises e interpretações correntes, até então: tornam mais agudos debates que, muitas vezes, insinuavam-se, até tornarem-se irresistíveis mediante as forças históricas que os mobilizaram. A relação da História com a Memória, por exemplo, fornece-nos elementos que, de acordo com a episteme, conta-nos sobre o tempo do qual emerge e, igualmente, é-nos contada por ele. Aqui, não nos cabe buscar a historicidade dessa relação. Mas devemos considerar que a História do XIX, vinculada ao

cientificismo, desconsidera as práticas subjetivas de quem a escreve, assim como ignora as lacunas, as desconexões, as múltiplas temporalidades pelas quais se nutrem as mais diversas memórias. Ora, ao avançarmos pelo século XX, no bojo de inúmeras catástrofes, novas formas de entendimentos são demandadas pelas forças sociais em conflito. A Segunda Guerra Mundial configura-se num dos pontos de inflexão colocados às Ciências Humanas, como um todo – e à História, em particular. Da mesma forma, as Ditaduras latino-americanas, com sua prática de terrorismo de Estado, exigem novas posturas, novos olhares. Segundo Selligman-Silva (2003), conceitos iluministas que formavam a base do historicismo “como o de progresso e ascensão linear da história” perdem sentido diante do horror indizível dos campos concentracionários, do potencial de destruição em massa e das torturas e desaparecimentos. O fragmentário, presente nas memórias individuais e coletivas ganha lugar, em detrimento do totalizante; a subjetividade, cerne dos testemunhos de sobreviventes, contribui para colocar em crise a História e a historiografia. Ao abordar questões referentes ao processo historiográfico, postam-se, igualmente, indagações aos mecanismos com os quais o historiador se relaciona com suas fontes; ao abrir o debate sobre o possível caráter ficcional da escrita histórica (envolta em lembranças e esquecimentos), muda-se, em consonância, a forma pela qual o historiador se aproxima de seus objetos e sujeitos; altera-se, inclusive, as possibilidades de investigação, diálogo e a quantidade e diversidade de documentos disponíveis.

No que tange aos impasses criados pelo viés ficcional e histórico – o que, em última instância, é aquilo que nos interessa – talvez, quem melhor tenha apontado alternativas que guardam as singularidades e pontos de intersecção, seja Paul Ricoeur, ao dizer que “a ficção remodelando a experiência do leitor pelos únicos meios de sua irrealidade, a história o fazendo em favor de uma reconstrução do passado sobre a base dos rastros deixados por ele” (RICOEUR apud GAGNEBIN, 2009, p. 43).

Rastros.

Diante do desaparecimento, da denegação e da instituição de uma memória oficial, perpetradas pelas Ditaduras da América Latina, buscamos nos vestígios, ficcionais ou não, a reconstituição de vidas silenciadas, apagadas. Pela intersecção entre História, Memória e Literatura, restituímos. Rememoramos.

São pelos rastros e pelos ruídos dissonantes entre tangos, que conhecemos a história do padeiro anarquista Rufino, uma das vozes de “O último tango de Salvador Allende”, de Roberto Ampuero. Em uma breve sinopse, temos um romance com dois narradores bem distintos: além de Rufino, David Kurtz, um agente aposentado da CIA. Por vezes, uma outra

voz pontua o enredo, fria, metálica, controlada: um piloto anônimo – como são anônimos todos os soldados vinculados a rígida estrutura militar – que será o responsável pelos disparos ao La Moneda.

David volta ao Chile, precisamente a Santiago, após 35 anos de sua participação na conspiração que ajudou a decretar o término do governo e da vida de Salvador Allende. Seu regresso é justificado pela morte de sua única filha, Victoria. Como último desejo, pede ao pai que retorne à América Latina e entregue parte de suas cinzas a um companheiro de juventude, Héctor Aníbal. Junto da urna funerária, segue um caderno gasto pelo tempo, de caligrafia pálida: são os registros de Rufino, nos meses finais do governo de Salvador Allende.

Interessante perceber como Ampuero trabalha as questões carregadas de simbolismos entre o rastro, a escrita e a morte. As letras frágeis no papel amarelado acusam a precariedade do vestígio e carregam certa contradição incontornável, ao afirmarem presença e ausência: o rastro denuncia a existência e, ao denunciá-la, confirma sua falta. Pelas palavras legadas à posteridade “penso no dia em que eu não existir mais, quem as ler (se é que alguém fará isso) vai achar que é uma história inventada, um romance, um conto, uma mentira, quando na verdade é o diário desta etapa inverossímil de minha existência” (AMPUERO, 2014, p. 102), afirma-se (e nega-se) por meio daquele que as recupera, no caso, David: “Resgato da letra descuidada do sapateiro a casa branca de telhas estilo mediterrâneo no número 200 da Tomás Moro” (AMPUERO, 2014, p. 214).

Em suma, o vestígio é salvo pelas cinzas de Victória. Como nos lembra Jeanne Maria Gagnenin (2009), memória, escrita e morte são inseparáveis. Ao adentrarmos no romance, esta articulação torna-se cada vez mais evidente: no desfecho, o túmulo de Héctor Aníbal ratifica-se como a presença, que até aquele momento, encontrava-se desaparecida. “Túmulo e palavra se revezam nesse trabalho de memória” (GAGNEBIN, 2009, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São entradas breves, quando as notamos. Ruídos que se colocam entre tangos, a correrem em subterrâneos pela narrativa. Irrompem secos, a alertar a conspiração que se engendra; depois recuam, retornam às profundezas dos corredores militares. O estrago, entretanto, está feito: a leitura fica em suspenso, pois sabemos de uma trama que se desenvolve longe dos nossos olhos. Apesar de conhecermos o desfecho, sentimo-nos atônitos diante do ataque à espregueira. E, talvez, justamente por sabermos do que se seguiu, por nos depararmos, anos depois, com testemunhos pungentes de uma espécie de horror que nos

parecia impossível, no qual o hiato entre linguagem e realidade se coloca quase como intransponível, é que a tensão se revela. Nas noites à beira de um abismo, ouvimos o tango distante, sentimos as forças em conflito, desbalanceadas. Pinochet se insinua a cada acorde; está como um espectro a observar os cômodos do casarão localizado no número 200, da Tomás Moro. Das sombras parece registrar as conversas informais entre Rufino e Salvador Allende. Assim, imersos na leitura, sentimos a traição ganhar forma. A imagem do bombardeio ao La Moneda se antecipa ao golpe ainda não desferido; vemos, também, o “*compañero*” presidente a transpassar os batentes do Palácio Presidencial, de olhos aos céus. O desespero e a fragilidade de sua figura ganham traços trágicos com a proteção ilusória de um capacete frouxo, de um fuzil... Desde o momento em que Julio Sosa canta “*Qué falta que me hacés*”, numa noite qualquer daquele início dos anos de 1970, lamentamos o destino de Allende e de tantos outros torturados, mortos e desaparecidos pelo terrorismo de Estado chileno.

É na penumbra, no jogo claro-escuro, que a História se desenrola aos nossos olhos. A antessala da casa presidencial, onde as conversas ocorrem, é a própria antessala da História, a antessala da ficção (metaficção historiográfica). São os bastidores do romance que se desenvolve, que descortina e desnaturaliza os múltiplos discursos.

Em determinado ponto da narrativa, o ruído torna-se ensurdecedor. Notas frias ganham os céus pelas turbinas dos caças e os mísseis silenciam as vitrolas e os discos de tango. Uma ordem militar se impõe, violenta, quando o soldado sem nome dispara dos céus contra Salvador Allende. A chama utópica ainda arde, ainda sobrevive nas retinas assustadas do homem que não quis se render, não quis, de modo algum, dar qualquer aparência de legalidade ao Golpe Civil-Militar. “Um presidente chileno jamais se rende, merda!” (AMPUERO, 2014, p. 312).

A derrubada de Allende era esperada. Eric Hobsbawm, mais do que reconhecer os fracassos da Unidade Popular, observa-os dentro de uma correlação de forças desfavoráveis à “*vía chilena*”. Para além das sabotagens econômicas capitaneadas pela classe dominante, aponta as indisfarçadas manobras norte americanas, cuja tensão crescente na América Latina, desencadeada pela Revolução Cubana e eleição de Perón, na Argentina, fizeram-nos abandonar a estratégia de lento e gradual estrangulamento econômico, para o atalho dos tanques e coturnos. Hobsbawm lembra-nos, também, que mesmo o campo teoricamente aliado pouco fez em auxílio concreto, efetivo. A experiência fracassada do socialismo, dentro da institucionalidade burguesa, serviu, para a direita e a extrema esquerda internacional, ratificarem, respectivamente: a impossibilidade de uma alternativa ao capitalismo, e a

inviabilidade de mudanças radicais dentro das estruturas dominantes, que não pela ação revolucionária.

Em uma conversa com Rufino, quando retorna da União Soviética com o gosto amargo da ajuda negada, Allende afirma “que a revolução mundial precisa de triunfos e derrotas, hinos de combate e marchas fúnebres, heróis e mártires. Receio que (...) já nos tenham reservado um lugar” (AMPUERO, 2014, p. 133).

Entretanto, a vitória da contrarrevolução de Pinochet e a tentativa de manipular a memória por meio de denegações e esquecimentos, encontra, simbolicamente, nas cinzas de Victoria e no letra de Rufino, a rememoração. O passado que irrompe no presente e ilumina: não apenas traz à vida os desaparecidos, mas inspira as lutas contemporâneas.

ABSTRACT

In this article, we intend to analyze the relations between History, Memory and Literature, through the work “El último tango de Salvador Allende”, by Roberto Ampuero. In the plot, writing and death assert themselves in a struggle against denial and oblivion. Rufino's words and Victoria's ashes guide us through the streets of Santiago and Valparaíso. In a fragmentary narrative, two countries manifest themselves: one, torn apart by the counter-revolution; and another who seeks, by memory, never again! Ampuero leaves us a notebook, in which the already pale handwriting represents the traces left by Rufino. For him, we reconstruct the final months of the “vía chilena”. Writing and a funerary urn confront us with denial: everything seems to elaborate oblivion and build the official memory of a Regime that still survives. However, writing and ashes also speak of resistance: of active memory, which not only celebrates the victims, but transforms the present.

Keywords: Historiographic Metafiction, History, Memory, Literature, Military dictatorship of Chile.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. Curitiba: Appris, 2021.

AMPUERO, Roberto. **O último tango de Salvador Allende**. São Paulo: Benvirá, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Obras Completas: Vol. I**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NAVAS, Diana; QUEIROZ, Lara Cristina Nascimento. Nove noites, de Bernardo Carvalho: entre o real e o ficcional na pós-modernidade brasileira. In: SILVA, Maurício Pedro da (org.); NAVAS, Diana (org.); PEREIRA, Márcia Moreira (org.). **Produção literária**

contemporânea em Portugal e no Brasil: (re)pensando a pós modernidade na prosa de ficção atual. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento. In: SELLIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura:** o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.